

**X ENCONTRO DA ABCP – Ciência Política e a Política: memória e futuro**  
**Belo Horizonte, 30 de agosto a 02 de setembro de 2016**

**Área Temática: Pensamento Político Brasileiro**

**O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO NA COLEÇÃO ISEBIANA**  
***CADERNOS DO POVO BRASILEIRO***

**Angélica Lovatto**

UNESP/Marília-SP: professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas

IESP/UERJ: desenvolve Pós-Doutorado em Pensamento Político Brasileiro

**RESUMO:** Este *paper* trata de aspectos do pensamento político brasileiro presentes na Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, publicada de 1962-64, num total de 28 volumes. A coleção foi coordenada pelo Diretor do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Álvaro Vieira Pinto, num esforço conjunto de produção e divulgação da Coleção feito por três instituições: pelo próprio ISEB (responsável pelos 25 volumes de temática político-econômica e histórico-social), o CPC – Centros Populares de Cultura da UNE – União Nacional dos Estudantes (responsável pelos 3 volumes culturais – *Violão de Rua*, coordenados por Moacyr Felix) e a editora Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro (que publicou a totalidade dos volumes), graças aos esforços do editor Ênio Silveira, figura proeminente nos esforços de divulgação do livro no Brasil. O objetivo é identificar – entre os autores da Coleção – aqueles que mais se destacaram por construir uma leitura sobre a formação política brasileira, seja tratando de forma pormenorizada a questão da política e da democracia, seja buscando as origens da política brasileira, do Império até a República. O resultado desta pesquisa se resume ao que chamo de “O Brasil contado pelos Cadernistas”. Frequentemente identificada apenas com os três volumes conhecidos como *Violão de Rua*, a Coleção foi muito mais do que registrou até agora a insuficiente historiografia sobre o assunto.

**PALAVRAS-CHAVE:** ISEB; Cadernos do Povo Brasileiro; Álvaro Vieira Pinto; Pensamento Político Brasileiro; Wanderley Guilherme dos Santos.

## 1. Introdução

A Coleção *Cadernos do povo brasileiro* (1962-64) foi publicada por um esforço conjunto de produção e divulgação levado a cabo por três instituições muito importantes nos anos 1960: o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-64), os CPCs – Centros Populares de Cultura da UNE – União Nacional dos Estudantes, e a editora Civilização Brasileira.

Coordenada por Álvaro Vieira Pinto, Diretor do ISEB de 1961 a 1964, a Coleção alcançou um total de 28 volumes publicados. Censurada pelo Golpe de 1964, as publicações foram proibidas de circular dada a repressão desencadeada ao próprio ISEB, ao CPC, à UNE e ao diretor da Editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira.

Embora marcada por três instituições, a edição dos *Cadernos* ficou mais conhecida como uma coleção isebiana, pois todo o planejamento e coordenação temática de seus volumes foi feito a partir dos departamentos do ISEB, no Rio de Janeiro, numa fase que se convencionou chamar de “último ISEB” (1959-64), que acompanhou, predominantemente, o clima político das Reformas de Base do governo João Goulart, enquanto a fase inicial do ISEB (1955-59) ficou mais conhecida como “nacional-desenvolvimentista”.<sup>1</sup> O ISEB foi o responsável, assim, por coordenar e encomendar aos autores, os primeiros 25 volumes da coleção, de temática político-econômica e histórico-social, cabendo ao CPC da UNE a divulgação de um conjunto de volumes de temas culturais, denominados de *Violão de Rua – poemas para a liberdade*, e que ficaram sob a coordenação do poeta Moacyr Felix, completando a publicação de apenas três volumes. As duas temáticas da Coleção estavam planejadas para a publicação de outros volumes, alguns com redação finalizada, mas com a interrupção provocada pelo golpe militar, jamais vieram a ser retomadas.

Um conjunto de autores – a maioria, jovens recém-formados – escreveram para a Coleção, destacando-se: Wanderley Guilherme dos Santos, Osny Duarte Pereira, Franklin de Oliveira, Theotônio dos Santos,<sup>2</sup> Vamireh Chacon, Jorge Miglioli, Bolívar Costa, Nestor de Holanda, Paulo Schilling, Plínio de Abreu Ramos, Aguinaldo Nepomuceno Marques, Helga Hoffman, entre outros. Jovens intelectuais mesclavam-se com autores já consagrados, tais como o próprio coordenador Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodr e, Virgínio Santa Rosa<sup>3</sup> e Barbosa Lima Sobrinho.

Desse conjunto de autores pretende-se aqui, neste *paper* elaborado para o AT de Pensamento Político Brasileiro, identificar – entre os autores da Coleção – aqueles que, a partir de meu estudo, foram selecionados dentre os que se destacaram por construir uma

---

<sup>1</sup> O mentor intelectual do ISEB, em especial nesse período “nacional-desenvolvimentista” foi o cientista político carioca Hélio Jaguaribe. (Cf. LOVATTO, 2010a). Sobre o ISEB consultar também o estudo referencial de Caio Navarro de Toledo (TOLEDO, 1977).

<sup>2</sup> Assinava,   época, Theotônio Junior.

<sup>3</sup> Neste caso, a reedição de um texto clássico, de 1933, sob o título “O sentido do tenentismo” (Cf. SANTA ROSA, 1963).

leitura, a meu ver consistente, sobre a formação política brasileira, seja pormenorizando a questão da política e da democracia, seja buscando as origens da política brasileira, do Império até a República.

Um exemplo importante é sem dúvida o *Caderno* que mais se aproximou, no pré-1964, de um diagnóstico: *Quem dará o golpe no Brasil?*, de Wanderley Guilherme.<sup>4</sup> Além deste volume, selecionei para a análise os seguintes autores:<sup>5</sup> Barbosa Lima Sobrinho. *Desde quando somos nacionalistas?* (SOBRINHO, 1963); Vamireh Chacon, *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* (CHACON, 1963); e dois volumes escritos por Osny Duarte Pereira, *Quem faz as leis no Brasil?* (PEREIRA, 1962) e *Que é a Constituição?* (PEREIRA, 1963).

Nesta breve Introdução, cabe ainda esclarecer que o referencial teórico-metodológico utilizado na pesquisa<sup>6</sup> que deu origem a este trabalho, está fundamentado nas obras do autor György Lukács (1885-1971), em especial nos seus textos sobre a ontologia do ser social, baseada nos quais utilizo a técnica da *análise imanente*<sup>7</sup> do discurso de um autor (no caso em pauta, dos autores cadernistas). Esta técnica consiste no exame de *nódulos temáticos* extraídos dos volumes da Coleção, a partir de cada autor selecionado. Importante esclarecer que, aqui, por *nódulos temáticos* entende-se o conjunto de citações dos textos dos cadernistas, agrupadas de acordo com os temas, como por exemplo: nacionalismo, estado, democracia, e assim sucessivamente. Importante também ressaltar que, na escolha desta metodologia, não se pretende mensurar a eventual *eficácia* (em relação àquele momento histórico) do discurso dos autores selecionados, e muito menos sua *não eficácia*, mas tratar de qual foi a *gênese e função social* do que produziram, a fim de recuperar a história do pensamento político brasileiro, tal qual foi registrada pelos Cadernistas.

Cabe detalhar, ainda, que este *paper* insere-se também num campo metodológico que diz respeito especificamente à forma de realizar pesquisa na área de pensamento político brasileiro e de teoria política. Refiro-me aos estudos desenvolvidos por Christian Edward Cyril Lynch, e que tomo aqui como referência, especialmente nos textos “Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)” (Cf. LYNCH, 2013). E o texto “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história e abordagens” (Cf. LYNCH, 2016).

A perspectiva que adoto em relação ao primeiro texto de Lynch (2013) é sua defesa de que o “pensamento” político brasileiro não pode ser considerado apenas um subproduto

---

<sup>4</sup> Neste momento o autor não assinava Wanderley Guilherme dos Santos (Cf. GUILHERME, Wanderley, 1962).

<sup>5</sup> Inicialmente estava previsto para este *paper* também o volume de Vamireh Chacon, *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* (CHACON, 1963). Mas extrapolaria por demais o escopo do presente trabalho, o que poderá ser contemplado num futuro *paper*.

<sup>6</sup> Cf. LOVATTO, Angélica, 2010b.

<sup>7</sup> Cf. LUKÁCS, 1969 e 2015.

da “teoria” política, “tanto quanto se considerava a periferia um subproduto do centro, e os atores políticos, subproduto dos autores” (LYNCH, 2013, p.758). Tal equívoco estaria relacionado a uma espécie de divisão do trabalho intelectual implícita, na chamada relação periferia-centro:

(...) os países cêntricos produziram a “teoria”, ou a “ciência”, ou a “filosofia”, ou seja, reflexões de alcance “universal” e, portanto, mais densas, mais abstratas, mais generalizantes, ao passo que os países periféricos produziram somente “pensamento”, reflexões de alcance puramente particular ou local, de caráter menos abrangente e contingente, orientado para a ação prática. (LYNCH, p.758)

A perspectiva que adoto em relação ao segundo texto (LYNCH, 2016), diz respeito à concordância com a análise de que o campo do pensamento político brasileiro precisava de um exame pormenorizado, dado seu exponencial crescimento observado há mais ou menos 20 anos na área da ciência política, pois “não é de hoje que se reclama um balanço do campo, capaz de fornecer uma ideia preliminar do que nele está acontecendo e permitir-lhe uma expansão mais rigorosa e autoconsciente” (LYNCH, 2016, p.75). Nesta cartografia do campo, Lynch aprofunda a ênfase na necessidade – bem como os esforços já feitos – na direção da não separação entre “teoria” e “pensamento”:

O que parece menos justificável, porém, é a insuficiente aplicação de orientações teórico-metodológicas da própria teoria política ao estudo do PPB [Pensamento Político Brasileiro]. A existência de um campo de estudos do PPB, destacado daquele de teoria política, é fenômeno tipicamente periférico. Embora nada impeça que, nos países cêntricos, haja cursos ou pesquisas sobre o pensamento político de seus autores nacionais, eles lá são sempre pensados como parte integrante da “teoria política” (LYNCH, 2016, p.112)

A partir destes parâmetros, entendo que a análise feita pelos Cadernistas sobre o país, em plena efervescência dos anos pré-1964, é uma parte importante da contribuição que a teoria política no Brasil, e em especial, o pensamento político brasileiro, receberam desses isebianos, combatendo a visão de que o Brasil estava condenado a se perpetuar na chamada “periferia” do mundo “civilizado”, tanto do ponto de vista material, mas principalmente no campo intelectual. Defendo aqui que estes autores não anunciaram que fariam isso, mas simplesmente o fizeram, especialmente nas propostas para o país que ali elaboraram.

## **2. O Brasil contado pelos Cadernistas**

Um dos resultados de minha pesquisa (LOVATTO, 2010a) resume-se ao que chamo de “O Brasil contado pelos Cadernistas”. Até onde pude apurar,<sup>8</sup> nenhuma pesquisa até então havia englobado um estudo completo com a totalidade dos 28 volumes da Coleção.

---

<sup>8</sup> A coleção é, às vezes, confundida com os *Cadernos do nosso tempo*, publicação do IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (1953-55), que antecedeu o ISEB (1955-64). Esta Coleção publicou 6 volumes.

Isso gerou um conjunto de referências que poderão ser ampliadas em novos estudos, pois ainda há muitos temas a serem explorados nos *Cadernos do povo brasileiro*. Além disso, quero destacar que, em se tratando de um projeto editorial que vendeu mais de um milhão de exemplares, não poderíamos deixar de considerá-los ao fazemos uma análise da história do pensamento político brasileiro. Ainda mais porque a tiragem média de cada volume era de 20 mil exemplares, e a potencial divulgação para além da tiragem, via consumo de *mão-em-mão*, multiplicou sua difusão, facilitada pelo formato de bolso. O caso mais impressionante foi o *Caderno* de autoria de Vieira Pinto, *Por que os ricos não fazem greve?* (Cf. PINTO, 1962) que alcançou a estratosférica marca de 100.000 exemplares vendidos!

A leitura dos 25 volumes temáticos da coleção<sup>9</sup> remete a um quadro da história do Brasil desde os primórdios da colonização até o início da década de 1960, momento de sua redação. Isso porque, ao longo dos temas tratados, os diferentes autores vão fazendo referências a momentos históricos distintos, dependendo das necessidades de redação do seu tema, o que dá um resultado final que diz respeito praticamente a toda a história do país.

Um dos autores que faz isso com muita maestria é Osny Duarte Pereira, e aqui inicio a exposição com este autor, que produziu análises abarcando o conjunto das leis brasileiras e, em especial, a Constituição. Para tanto, ele perpassa praticamente toda a história brasileira, demonstrando como as leis não eram feitas com o povo, pelo povo e para o povo, em referência à definição clássica de democracia. Nos demais itens deste *paper* serão tratados os demais autores selecionados.

### **3. A análise de Osny Duarte Pereira em dois cadernos da Coleção**

Apresento neste item as leituras dos dois Cadernos sob responsabilidade de Osny Duarte Pereira na Coleção: *Quem faz as leis no Brasil?* e *Que é a Constituição?*. O autor é o Cadernista que apresenta a leitura mais detalhada das diversas fases da história política do Brasil, daí a atenção especial que dediquei a desses dois Cadernos, o que tornou este item o mais longo do presente *paper*.

Na fase que vai da colonização à independência, uma das primeiras referências feitas por ele é sobre o subsolo brasileiro, ao afirmar que: “tornou-se, desde o descobrimento, uma fonte de matérias-primas para as nações mais adiantadas”, pois:

Como acontece com todos os países para onde o capital não imigrou, mas conservou-se fora, aqui vindo apenas com o objetivo de sugar lucros para serem remetidos às matrizes no Exterior, não obstante as imensas riquezas, conservou-se

---

<sup>9</sup> Não esquecer que a Coleção teve também os 3 volumes culturais (completando 28 volumes publicados), *Violão de rua – poemas para a liberdade*. (Cf. FELIX, 1962, 1963).

sempre uma nação pobre e submetida. Primeiro, dominado por Portugal. (PEREIRA, 1962, p.18)

A situação de Portugal é referida na sequência quando caracteriza o Tratado de Methuen, em 1703. Osny D. Pereira explica que esse teria sido o momento em que, dentro do contexto mundial de implantação do capitalismo, Portugal declinou da posição de nação industrial em favor da Inglaterra, tendo, conseqüentemente, assumido a posição de colônia, o que teria se estendido compulsoriamente ao Brasil. Isso significava que os portugueses obrigavam-se a vender suas matérias-primas aos britânicos e a adquirir os produtos manufaturados da potência inglesa. O autor detecta o prejuízo dessa situação no Brasil, relatando que:

Houve aqui destruição até de alambiques, de oficinas tipográficas, de tudo que representasse indústria competitiva, com o que se produzia na metrópole. Proibindo-se a industrialização, o poder permaneceria nas mãos do país industrializado que controlasse o mercado. ((PEREIRA, 1962, p.18).

Ao continuar tratando desse contexto original da colonização do país, e das respectivas relações internacionais decorrentes dela, Osny D. Pereira refere-se ao processo de luta pela chamada Independência, explicando que teria sido “um problema de competição entre a Inglaterra e os Estados Unidos” (PEREIRA, 1962, p.20). Ele afirma que aos Estados Unidos interessava manter o Brasil como colônia, pois isso enfraquecia a Inglaterra, porque fortaleceria a posição de Portugal na Europa. Numa palavra, um Portugal forte na Europa causaria problemas à Coroa britânica, enfraquecendo sua capacidade de resistência às lutas que estavam sendo travadas por ocasião da emancipação norte-americana. Ele explica também as conseqüências histórico-econômicas da transferência direta de capitais da Europa, principalmente Inglaterra, para a América do Norte e a sua não transferência ao restante das Américas:

A principal causa dos Estados Unidos tornarem-se rapidamente a primeira nação do mundo e de ter o Brasil continuado onde estava, relativamente às outras nações e ter até se atrasado relativamente a muitas, resulta, pois, de uma transferência de capitais de investimentos ocorrida do Velho Mundo para a terra de Washington, que na América Latina não existiu. (PEREIRA, 1962, p.19)

Outro importante aspecto mencionado por Osny D. Pereira acerca do processo de independência no Brasil é o relato de dois momentos em que emissários brasileiros foram procurar pessoas ligadas à luta pela independência dos Estados Unidos, esperando conseguir apoio, sem obter êxito: o primeiro, em 1786, quando Joaquim da Maia, em Nimes, na França, procurou Jefferson para obter ajuda dos Estados Unidos, mas “foi desencorajado

e até agora não se sabe se antes de Silvério dos Reis não teria havido outro delator na Inconfidência Mineira”; o segundo, em 1817,<sup>10</sup> quando

um emissário pernambucano foi aos E.U. pedir auxílio para a revolução que viria a explodir sob a direção dos padres Roma e Miguelinho, de Frei Caneca, de Leão Coroadado, Domingos Teotônio Jorge e outros. Não apenas foi recusado, como o governo dos E.U. apressou-se em dar conta de tudo ao ministro português Corrêa da Serra. (PEREIRA, 1962, p.21)

Como a ascensão dos EUA se fazia em detrimento da Inglaterra, Osny Pereira comenta que o Brasil, mesmo após o processo de Independência, sofria as influências dos interesses ingleses. Isso porque D. Pedro I, a despeito da nossa “libertação” de Portugal, teria um sentimento de não confiança nos brasileiros e por isso recrutava mercenários na Europa, inclusive soldados rasos. Assim, “nossos comandos foram entregues fundamentalmente a oficiais britânicos, nomes que se incorporaram à História Pátria (Cochrane, Greenfell, Wandenkolk, Greenhalg, Dodsworth, etc.)”. Para enfraquecer a eventual independência brasileira, a Inglaterra “estimulava-nos a lutar contra nossos vizinhos, o que ainda lhe dava a vantagem de vender seus armamentos obsoletos e eliminar veleidades de industrialização”. Essa influência britânica levou o Brasil a combater “com a ‘Província Cisplatina’, contra Oribe e Rosas e na Guerra do Paraguai”, onde, mais uma vez, “por trás dos bastidores eram Estados Unidos e Inglaterra, lutando com brasileiros e paraguaios, armados respectivamente em Londres e em Washington”. O autor mostra como a Guerra contra o Paraguai nada trouxe de bom ou lucrativo para o Brasil. Ao contrário, mostra como a proposta de paz de Solano Lopez foi apresentada em 1867 no Rio de Janeiro por um embaixador dos EUA e como, diante disso, a Inglaterra exerceu sua influência para fazer o Brasil rejeitar a oferta e ir “até ao extremo de terra arrasada, matando a quem encontrássemos e incendiando tudo, por mais três anos, sem nenhum lucro efetivo” (PEREIRA, 1962, p.21-22, todas as citações desse parágrafo). A perspectiva de Osny D. Pereira é sempre demonstrar como esses fatores externos influenciavam a feitura das leis no Brasil, numa palavra, como elas *não* eram feitas para o interesse do Brasil ou do povo brasileiro.

Sobre a fase do Império, Osny D. Pereira procura caracterizar o momento de sua derrocada, inclusive pela necessidade – ditada externamente pela Inglaterra – da abolição final da escravatura e, em certo momento de seu texto, chega a referir-se ao que denomina de clarividência de Ruy Barbosa, quando este alerta para o fato de que os alicerces do Império tinham chegado ao fim, proclamando a necessidade de “ou reformar profundamente na direção progressista, ou dissolver-se irremissivelmente no descrédito geral” (PEREIRA,

---

<sup>10</sup> Osny D. Pereira parece estar se referindo à Revolta Nativista de Pernambuco de 1817-1818 (Cf. DONATO, 1996, p.101-102).



1962, p.151). Porém, o autor esclarece que “mais do que os intelectuais brasileiros, era a Inglaterra que pugnava pela libertação dos escravos na América Latina”, não por nobres motivos, mas por questões econômicas. E que era importante destacar o fato de que “a primeira lei contra a escravidão no Brasil não foi brasileira e sim inglesa – o *Bill Aberdeen*, votado pelo Parlamento britânico em 8 de agosto de 1845”. (PEREIRA, 1962, p.22-23). Mais uma vez, a demonstração explícita do autor sobre *quem* fazia as leis no Brasil.

Quanto ao desespero do Império em decretar a abolição, em 1888, Osny julga assim a empreitada:

De nada valeu, pois, a abolição da escravatura que vinha tarde. As reivindicações populares já tinham ultrapassado esse marco, uma vez que a exploração feudal e os privilégios de sangue permaneciam intactos. ((PEREIRA, 1962, p.151)

E, em seguida, ele vai mostrando como o escravo liberto ficou absolutamente desamparado e à margem da sociedade.

Fazendo uma análise da Primeira República, o autor desemboca nos acontecimentos de 1930. Mais uma vez sua tônica é a de mostrar como os eventos que definiam a política e a economia brasileira tinham vínculos estrangeiros e, com a revolução de 1930, não teria sido diferente:

Em 1930, intensificou-se a grande ofensiva norte-americana para eliminar de todo a interferência da Inglaterra e substituí-la pela do Departamento de Estado. Entre outras, a Revolução de 3 de outubro tinha essa característica de trazer consigo as simpatias e o apoio dos ianques. Vários dirigentes da Revolução tornaram-se, em seguida, diretores de empresas de Rockefeller, do grupo Mellon, da General Motors, bem como de outros grupos financeiros de Wall Street, que atuam no Brasil. (PEREIRA, 1963, p.24-25)

Sobre o governo varguista a partir de 1930, Osny D. Pereira explica que Vargas, embora chegasse ao poder em 1930 sob as simpatias norte-americanas, em verdade nunca se conduziu com absoluta fidelidade aos monopólios de Wall Street, diferentemente de outros ditadores das repúblicas latino-americanas naquele momento:

Sua hostilidade [de Vargas] a Rockefeller principiou no próprio ano de 1930. Como se sabe, o governador Efigênio Salles do Amazonas havia sancionado a inconstitucional Lei do Estado n.º 1.297 de 18-10-926, a qual permitia outorgar a empresas, inclusive estrangeiras, concessões para pesquisar petróleo. O sucessor Dorval Porto, sem nenhuma vacilação, partilhou o vasto território em oito quinhões, distribuindo-os a três companhias, todas subsidiárias da Standard: "The Amazon Corporation", "American Brazilian Exploration Co.", ambas com sede no Estado de Delaware, e "Canadian Amazon Co. Ltd.", com sede no Canadá. O Interventor Federal, com ordem de Getúlio Vargas, cancelou essas perigosas concessões. (PEREIRA, 1963, p.26)

Osny D. Pereira, trata de como foram elaboradas as leis trabalhistas no governo desse período, lembrando que Vargas era pecuarista. E como Vargas tinha consciência de

que “apenas poderia enfrentar o imperialismo, na medida em que dispusesse de apoio na classe operária”. (PEREIRA, 1962, p.106).

Quando fala sobre desdobramentos posteriores e faz colocações sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, Osny D. Pereira caracteriza-a da seguinte maneira: “foi, por sua vez, igualmente uma tentativa de grupos britânicos reconquistarem as posições no Brasil” (PEREIRA, 1963, p.25), pois representava o combate a Getúlio Vargas e suas novas perspectivas.

Com o objetivo de entrar em ação no Brasil, os comunistas brasileiros, já sob o comando de Prestes, fizeram uma tentativa de tomada do poder, que resultou na Insurreição Comunista de 1935. No comentário sobre o episódio, Osny D. Pereira também analisa a ANL e a posterior implantação do Estado Novo:

No Brasil, o fracasso da revolução de 1935 que tinha o apoio não apenas dos comunistas, mas de amplos setores da intelectualidade liberal e antifascista na "Aliança Nacional Libertadora", abriu caminho para o golpe de 10 de Novembro de 1937, levando o país para o obscurantismo de uma noite larga de supressão das liberdades e do entorpecimento da cultura. (PEREIRA, 1962, p.48)

Sobre o final do Estado Novo e a respectiva deposição de Vargas, Osny D. Pereira tece sua avaliação. O autor chama a atenção para as contradições de Vargas no final do Estado Novo quando prometia uma Constituinte, bem como eleições para Presidente da República. Nessa tentativa de aproximar-se do povo, por um lado, baixou a lei antitruste de defesa da economia popular, através do Decreto-Lei nº 7.666, de 22 de junho de 1945. Mas por outro lado, continuava dando guarida a outros monopólios. Nem isso o salvou, pelo menos, não naquele momento:

Getúlio foi expulso do Palácio Guanabara em 29 de outubro de 1945, sem nenhuma reação popular. Entregue o Governo ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, como vimos, dez dias depois, foi revogada a lei antitruste e intensificou-se a preparação do prélio eleitoral, para escolher os membros da Assembleia Constituinte. (PEREIRA, 1962, p.49)

Naquele exato momento, não interessava aos monopólios estadunidenses (naquele momento chamados de “norte-americanos”), ter Vargas no poder.

Osny D. Pereira analisa o primeiro governo formado após a deposição de Vargas, a partir de um simples dado: “O Presidente da República Eurico Gaspar Dutra elegeu-se com 3.251.507 votos, ou seja, com seis por cento da população recenseada”. (PEREIRA, 1962, p.51). Essa nudez dos números realmente impressionava. A representatividade do novo presidente realmente não era algo a ser considerado. No entanto, seu governo estabeleceu-se sob a ótica basicamente dos interesses dos EUA no pós-guerra.

A tônica de Osny D. Pereira – em função das afirmações que pretendia fazer sobre as leis no Brasil e sobre a Constituição – foi a explicitação dos compromissos do estado brasileiro com aqueles interesses estrangeiros. Ele passa a caracterizar a influência das indicações para cargos políticos do governo Dutra por parte dos representantes de empresas estrangeiras: “Eleito o General Eurico Gaspar Dutra, desde logo verificou-se que não havia qualquer antagonismo entre os grupos financeiros que alimentaram as candidaturas do Ministro da Guerra de Getúlio Vargas e do Brigadeiro Eduardo Gomes”. Ele explica que o Ministro da Justiça de Gaspar Dutra, o Sr. Carlos Luz, havia apoiado em Minas Gerais a candidatura de Milton Campos da "União Democrática Nacional" e o Ministro da Fazenda Corrêa e Castro realizava uma política de completa harmonia com os monopólios norte-americanos, “a ponto de declarar em Washington que *‘se irrompesse uma terceira guerra mundial, os Estados Unidos teriam de carregar o Brasil nas costas’*”. (PEREIRA, 1962, p. 52)

O autor prossegue na explanação da lógica e do significado que aquelas indicações e apoios representavam depois da deposição de Vargas. Ele lembra que, pouco depois da eleição de Dutra, foi realizado um acordo interpartidário. Por esse acordo, o Ministro do Exterior e o da Educação seriam da UDN. No primeiro caso, foi nomeado Raul Fernandes, consultor jurídico da Casa Morgan, e da "Bond & Share Electric Co. No segundo caso, foi nomeado Clemente Mariani, membro do Conselho de Administração da "Light", da "Pan American Airways", e de empresa do setor automobilístico estrangeiro. Como se ainda não bastasse, a presença de representantes de grupos financeiros internacionais no governo Dutra também contou com a nomeação de Pereira Lira, consultor jurídico da "Light", para chefiar nada menos que a Casa Civil da Presidência. (Cf. PEREIRA, 1962, p. 52)

Eleito Dutra, sabe-se que o passo seguinte foi a chamada para uma assembleia constituinte, como símbolo da eventual democracia dos “novos tempos”. Ninguém melhor que o desembargador Osny D. Pereira para, novamente, implementar esta análise. O autor caracteriza inicialmente a Constituição de 1946, como fruto formal do momento de deposição de Vargas.

Com relação ao golpe que viria posteriormente, em 1954, Osny D. Pereira refere-se à repercussão do suicídio de Vargas na imprensa estrangeira, especialmente o *The New York Times*, o *Wall Street Journal* e no *Financial Times* “todos vaticinando que o advento de Café Filho deveria conduzir à revogação do monopólio estatal” e a entrega da pesquisa e do refino a empresas privadas, “*corrigindo-se a política verdadeiramente desastrosa do extinto presidente Vargas*” (PEREIRA, 1963, p.88, grifos meus)

Mas, voltando um pouco a 1945 – para resgatar a explicação sobre o golpe de 1954 – Osny D. Pereira ilustra como Vargas foi radicalizando a questão do petróleo, mantendo,

por exemplo, uma figura notadamente antitruste no Conselho Nacional do Petróleo e, em pleno 1945, editando uma lei sobre isso. E sua queda após o fim da guerra, demonstrava que uma potência econômica estrangeira pode derrubar um presidente se essa nação “fraca” não obedecer àqueles monopólios. O autor menciona o caso da Lei Malaia (lei anti-truste), em que Vargas coibia os abusos do poder econômico. Dez dias depois da deposição de Vargas, ocorrida em 29 de outubro de 1945, a lei anti-truste é revogada:

Tornara-se evidentemente insustentável a posição de Getúlio Vargas. Não pode nenhum estadista de nação fraca adotar, ainda que em defesa dos mais legítimos interesses do povo, uma atitude hostil a uma nação forte, sem precaver-se, no campo internacional, com cobertura de outras potências que lhe assegurem a autoridade. O chefe de governo que agir, sem essa elementar prudência, cai sem demora. Assim ocorreu com Sandino na Nicarágua, Arbenz na Guatemala, Perón na Argentina, Busch na Bolívia e com Getúlio Vargas haveria de, necessariamente suceder o mesmo. E por isto, não caíram Sukarno na Indonésia, Karim Kassem no Iraque, Nasser no Egito e Fidel em Cuba. (PEREIRA, 1963, p.29).

O autor explica o interessante processo para a fundação da UDN – União Democrática Nacional, em 1945, caracterizando o que considera sua principal função política e econômica: defender a subserviência ao capital estrangeiro.

Voltando ao golpe de 1954, contra o segundo governo Vargas, Osny Pereira também identifica, nome a nome, quem fazia as leis no Brasil. Realmente impressiona ao leitor daquele Caderno o elenco de representantes do poder econômico estadunidense que assumem cargos no governo de Café Filho. Vejamos: o Ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, era diretor da Bond & Share; o Ministro do Exterior, Raul Fernandes, era consultor jurídico do poderoso Grupo Morgan; foi nomeado como presidente do Banco do Brasil um membro da diretoria da Light, Clemente Mariani, que, como se não bastasse, também era sócio da Pan American Airways; a direção técnica da Petrobrás foi entregue por Café Filho para Walter Link, que tinha sido técnico da Standard Oil. Sobre este último, Osny Pereira denuncia que:

Como bom cidadão norte-americano evidentemente se empenhou em esconder o petróleo no Brasil e obteve um contrato de honorários de quase um milhão de dólares, o mais caro e o mais vergonhoso do mundo. Foi trazido pelo Sr. Juracy Magalhães, responsável também pela entrega de minas de chumbo na Bahia a monopólios norte-americanos”. (PEREIRA, 1963, p.31).

Se as colocações do autor deste Caderno ficassem apenas nestes aspectos, já teria ficado muito claro quem fazia as leis no Brasil. Mas os exemplos multiplicam-se e o efeito que a simples leitura do texto causa, é marcante. O autor continua falando sobre o assunto num item especialmente denominado “A influência do poder econômico no poder legislativo”:

Os elementos históricos que alinhamos são apenas exemplificativos e ainda alguém escreverá a monografia da intervenção estrangeira na elaboração das leis no Brasil. Desejamos apenas partir de dados concretos da História, para podermos ingressar com mais firmeza no estudo que estamos empreendendo. (PEREIRA, 1963, p.31)

A propósito da Operação Pan-Americana, lançada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em 1957, Osny D. Pereira argumenta que ela apenas mudou de nome, quando foi lançada em março de 1961 pelos EUA sob a denominação de “Aliança para o Progresso”, e de como fez parte da estratégia da OEA, na reunião de Punta Del Este, em agosto 1961, claramente concebida para boicotar a Revolução Cubana. (Cf. PEREIRA, 1962, p.36). Refere-se, nesse sentido, a uma frase de Olind Johnston, representante do governo estadunidense, quando declara que “a composição política dos governos latino-americanos é uma questão de importância vital para os E.U.” (PEREIRA, 1962, p.38)

Mesmo naqueles assuntos em que Osny Pereira não pode se aprofundar com todas as letras – pois desviaria o sentido original de suas formulações dentro do espaço destinado a isso nos Cadernos dos quais era responsável – o autor esbanja erudição e deixa pelo menos indicados, caso se interesse o leitor, um conjunto de estudos que poderiam ser consultados. Daí, em determinados momentos, os *Cadernos* adquirirem um sentido de aprofundamento de leituras e de conhecimentos, que destoavam da eventual estigmatização de que pudessem ser vítimas, tanto em sua própria época quanto em algumas avaliações posteriores que recebeu. Um exemplo é a referência do autor aos eventos da revolução francesa e à declaração de direitos ali gerada, apontando os problemas estruturais que apresentava enquanto proposta burguesa e a necessidade de aprofundamento que demandava:

Não é, entretanto, propósito, em CADERNOS DO POVO, reproduzir o pensamento dessas centenas de filósofos e juristas que pretendem explicar, cada qual a seu modo, suas filosofias sobre quem faz as leis no Estado Capitalista. Os que desejarem aprofundar-se nesse assunto, deverão recorrer a estudos especializados. Nossos objetivos são bem mais modestos e limitaremos este trabalho a uma apreciação do panorama nacional. (PEREIRA, 1963, p.45-46)

Embora jamais possa se dizer isso dos esforços de Osny Pereira, é importante considerar o quanto ele se preocupava em não ser leviano teoricamente para cumprir a função que havia se proposto ao escrever na Coleção. Destacar esse padrão do autor é muito importante para a compreensão de sua análise.

Um dos pontos altos do texto que merece atenção especial é a explicação sobre o esquema de funcionamento da empresa CONSULTEC. De todos os cadernistas que a denunciaram, sem dúvida o mais sagaz é Osny D. Pereira. Ele explica que, formalmente, ela se constituía numa firma de advocacia administrativa, formada por altos funcionários do

próprio BNDE e de outros órgãos da Administração para emitir pareceres sobre solicitação de empréstimos de empresas estrangeiras ao BNDE. Preparava projetos de lei, regulamentos, convênios, programas de governo, grandes empréstimos. Era a continuação de uma prática inaugurada no governo de Dutra, só que muito mais sofisticada, sob a fachada de uma “empresa de consulta para negócios”. Mas repare-se: emitia pareceres para um banco estatal brasileiro emprestar recursos para uma empresa estrangeira que viesse realizar seus lucros no Brasil, mas remetê-los para o país de origem. Ele afirma que “seus membros, além de cargos em postos chaves da administração pública, são muitos deles diretores de refinarias, empresas automobilísticas, enfim de grandes entidades com enormes interesses na administração pública”. (PEREIRA, 1963, p.54). Falar aqui em tráfico de influência seria pouco, diante do funcionamento de tal esquema de exploração dos recursos nacionais.

Outro destaque que o *Caderno* escrito por Osny Pereira merece, dentre os demais, é a demonstração de como o ambiente legislativo típico da estrutura jurídica burguesa – o Parlamento – era caracterizado por uma inversão, reversível apenas fora de seus parâmetros legais. Ele exemplifica este aspecto com o processo da Constituinte de 1946:

A Constituinte de 1946 reuniu representantes de todas as correntes partidárias, de todas as camadas sociais, embora em razão inversa da importância numérica dessas camadas. Assim embora a classe operária fosse a mais numerosa, era a que tinha menor número de deputados. (PEREIRA, 1963, p.57)

Sobre o poder dos bancos na Constituição de 1946, mais um exemplo de que caminhou-se para trás em relação às Constituições de 1934 e 1937:

Na realidade, uma das formas de dominação de um país sobre outro manifesta-se na possibilidade de bancos estrangeiros exercerem atividades parasitárias de usura, recolhendo, em depósitos, capitais nacionais. Empréstam a seus patrícios e enviam os lucros dessa agiotagem, para o exterior, sem deixar nenhum proveito, para o país explorado. Quer dizer, sem trazerem capitais, comerciam com dinheiro de um povo pobre e analfabeto. Além de tudo, os juros de seus magros recursos financeiros são levados para o exterior. A batalha que se travou na Constituinte e a plena vitória dos monopólios estrangeiros parece haver mostrado definitivamente quem estava redigindo a Constituição de 1946. (CPB-3: 78)

No texto onde Osny D. Pereira analisa especificamente esse assunto, *O que é a Constituição?*, vai direto ao ponto para denunciar o que este documento legal, enquanto instrumento jurídico da burguesia, significava sob o regime capitalista: “a Constituição é o estatuto da convivência dos diversos grupos das classes dominantes, para fazer frente à classe que vive do seu próprio trabalho”. (PEREIRA, 1963, p.15) Neste *Caderno* o autor basicamente faz o mesmo tipo de argumentação que acompanha *Quem faz as leis no Brasil?*, mas desta vez com os detalhamentos jurídicos sobre os parâmetros legais de

construção das constituintes nos diferentes momentos históricos. Mas sem dúvida a maior análise recai sobre a Constituição de 1946, a última que o país havia conhecido no período.

A Instrução 113 da SUMOC, decretada ainda no governo Café Filho, é muito citada pelos Cadernistas, como não poderia deixar de ser, por sua importância no período e pelo que representou de liberalidade para a remessa de lucros das empresas estrangeiras aos seus países imperialistas. Osny Duarte Pereira assim se refere a ela:

Muitos afirmam que os dados da SUMOC e da Fundação Getúlio Vargas não merecem confiança. Em primeiro lugar, porque essas duas instituições são dirigidas, uma pelo Sr. Gudin que tratou de eliminar dali todos os técnicos nacionalistas, e outra, a "SUMOC", por pessoas de confiança dos Ministros da Fazenda, quase todos sócios ou diretores de empresas norte-americanas, seja antes de ingressarem naquelas funções, seja depois: Eugênio Gudin, Horácio Lafer, Mário Câmara, Sebastião Pais de Almeida, Lucas Lopes, Clemente Mariani, Walter Moreira Sales, etc.". (PEREIRA, 1963, p.95)

Osny D. Pereira prossegue em sua implacável determinação de mostrar que esses brasileiros nomeados aos cargos estatais atuavam em empresas no Brasil. Depois continua seu raciocínio: "Em segundo lugar, os dados da SUMOC e da Fundação Getúlio Vargas" não mereceriam confiança, porque não coincidem com dados de discursos "do Presidente Getúlio Vargas e do próprio Sr. Moreira Salles, dos relatórios da 'Comissão Mista Brasil-Estados Unidos', da CEPAL e nem com os dados do 'Departamento de Comércio do Governo dos Estados Unidos'". (PEREIRA, 1963, p. 95-96).

Osny Pereira refere-se à SUMOC como um organismo que servia de instrumento para desprezar a Constituição de 1946:

Há abundantíssimo documentário para continuar demonstrando, como nesses três lustros de vigência da Constituição, foi a mesma violada, por leis e até por simples decretos, e mesmo sem decreto nenhum, por simples portarias de uma famigerada "Superintendência da Moeda e do Crédito" (SUMOC), sempre que esteve em causa algum interesse importante de empresas. Presidentes de República, Parlamento, enfim a própria cúpula da soberania nacional curvaram-se a esses interesses privados que têm sido a *suprema lex*. (PEREIRA, 1962, p.124)

Evidentemente que outro fato muito comentado nos *Cadernos* é o impedimento da posse de Juscelino Kubitschek e o movimento liderado pelo marechal Teixeira Lott em 11 de novembro de 1955. Mas nesse trecho em especial, Osny D. Pereira, está comentando um depoimento posterior de Lott sobre o ocorrido e aproveita para expor a importância do setor de telecomunicações para a soberania de um país, mostrando que as empresas estrangeiras não tinham interesse em que o Congresso Brasileiro aprovasse o monopólio estatal nesse setor:

Um dos meios mais eficazes de uma nação dominar outra e de controlar inclusive a atividade dos parlamentares na feitura das leis consiste em dominar as telecomunica-

ções. (...) No depoimento sobre o 11 de novembro de 1955, o General Lott apresentou pormenores sobre o controle de telefones no Rio de Janeiro e, nessa época, do Brasil saíram telegramas para o Exterior, relatando episódios que ainda estavam sob completo sigilo de autoridades. A enorme grita realizada nos Estados Unidos e notadamente pelo Departamento de Estado contra a desapropriação da "Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul" de propriedade de um monopólio norte-americano a "Internacional Telephone & Telegraph" mostra a suprema importância de conservar nas mãos esse poderoso meio de influência na feitura das leis. (PEREIRA, 1962, p.63)

Osny D. Pereira é enfático: "Juscelino não tinha coragem de combater o imperialismo. Propunha-se a servi-lo". (PEREIRA, 1962, p.34). Ele dá exemplo disso, quando se refere como a Light foi beneficiada no governo JK:

Até fins de 1960, o "Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico" entidade estatal canalizou 18,1 bilhões de cruzeiros para a instalação de centrais elétricas. ("Correio da Manhã" de 23-7-61). A maior parte dessa enorme quantia destinou-se a centrais que entregarão a energia à "Light" e "Bond & Share", empresas que, sem inverter dinheiro, vão tirar lucros desses empreendimentos e levá-los para o estrangeiro. No discurso do reinício das obras da Usina de Ponte Coberta, Henry Borden, presidente da "Rio Light", disse: "Obtidos, graças à compreensão do presidente Juscelino Kubitschek, do Ministro da Fazenda e dos seus colaboradores no Banco do Brasil e no BNDE, os recursos financeiros necessários, reiniciamos hoje as obras." A contribuição foi ali superior a um bilhão de cruzeiros. ("Diário Carioca" de 22-11-960). (PEREIRA, 1962, p.82).

E mais adiante, finaliza, ainda não satisfeito com os indicativos que acabava de apontar, Osny Pereira é ainda mais radical:

Não é por puro acaso, na complexa história desse drama que o Sr. Lucas Lopes, ao deixar o Ministério da Fazenda no governo de Juscelino Kubitschek, assumiu a presidência da "Hanna Exploration Company" no Brasil, um dos trustes mundiais de minérios. (PEREIRA, 1962, p.88).

O governo seguinte, de Jânio Quadros, é avaliado por Osny Pereira como o resultado das ações do Departamento de Estado americano. (Cf. PEREIRA, 1963, p.20). Mais adiante, o mesmo autor fala sobre a dificuldade de Jango assumir depois da renúncia de Jânio Quadros, no que ficou conhecido como tentativa de golpe em 1961:

Todos os brasileiros sabem das dificuldades que o Sr. João Goulart teve para assumir até mesmo a vice-presidência. Renunciando o sr. Jânio Quadros igualmente não quiseram dar posse a João Goulart, na Presidência da República. Aliás, eram as mesmas correntes que haviam deposto Getúlio Vargas. (PEREIRA, 1963, p.37)

Em seguida o autor mostra como funcionavam os esquemas políticos do governo Jânio Quadros, para, em seguida, avaliar que os Estados Unidos jamais fariam, em seu próprio país, aquilo que estimulavam no Brasil:

Na reunião de Governadores presidida pelo Sr. Jânio Quadros, realizada no Rio de Janeiro, em 1º de julho de 1961, foi aprovado o financiamento de 12 bilhões de cruzeiros para a usina Urubupungá que muito beneficiará o grupo Light ("Correio da Manhã" de 1-



7-61), em vez de levar a energia ao consumidor, pelo Estado, como fez Roosevelt com as centrais elétricas do Tennessee. (PEREIRA, 1963, p.82).

Sobre o golpe de 1961, Osny Pereira caracteriza o episódio. Explicitamente, fala sobre as lógicas dos golpes anteriores e desse:

Procedendo da mesma maneira, quando Getúlio Vargas se suicidou e após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, esses grupos dominadores e seus testas-de-ferro intentaram instaurar uma ditadura que assegurasse a permanência de seus privilégios, sem mais discussão e exame nos comícios. (PEREIRA, 1963, p.145)

E assim termina o período de sua análise, destes cadernos publicados em 1962 e 1963, e que estavam entre os mais vendidos da Coleção.

#### **4. A análise de Wanderley Guilherme dos Santos e de Vamireh Chacon**

O *Caderno* que mais se aproximou do diagnóstico que depois viria a solapar a frágil democracia brasileira foi o volume 5, *Quem dará o golpe no Brasil?*, de Wanderley Guilherme. Segundo o estudioso do livro no Brasil, Laurence Hallewell (1985), este foi “um livro extremamente profético, o único a antever um golpe da direita” (HALLEWELL, 1985 p.452).

Wanderley Guilherme apresenta um quadro bastante pormenorizado em relação às diferenças entre o que viria a ser um “golpe de esquerda” e um “golpe de direita”. Com isso, ele corresponde àqueles aspectos de esclarecimento teórico e histórico que permearam os *Cadernos do povo brasileiro*.

A frase que abre seu *Caderno* é imediatamente uma referência à tentativa de golpe de direita que, em agosto-setembro de 1961, tinha sido perpetrado contra a posse de João Goulart: “de então para cá sucederam-se os atentados, as bombas e as ameaças, numa demonstração evidente de que a trama golpista permanece armada”. O autor entende que um golpe tem causas sociais que devem ser buscadas e combatidas, isto é, ele é um fenômeno social: “a tentativa de golpe não resulta da paranoia de alguns grupos de indivíduos, civis ou militares, mas da situação social brasileira, no momento presente, que conduz a minoria privilegiada do País a esse tipo de comportamento político”. (GUILHERME, 1962, p. 9).

Ao diferenciar golpe de esquerda e golpe de direita, Wanderley Guilherme alerta para o fato de que é a direita quem fica preparando o terreno para um golpe de sua autoria, jogando esse argumento sobre os setores sociais mais reacionários e conservadores que temiam a tomada de poder da esquerda no Brasil. Numa palavra: prepara-se o clima para um golpe de direita como contragolpe preventivo às esquerdas. Se esse raciocínio da direita

estava correto ou não, acaba não vindo ao caso, pois o que o autor apontava era a eventual eficiência do discurso para os objetivos daquela trama golpista:

O golpe que ora se trama no Brasil representa um golpe *contra* o povo brasileiro, em geral, e *contra sua vanguarda mais aguerrida, em particular*, quer dizer, contra os trabalhadores, os camponeses e estudantes. É absolutamente indispensável que ninguém perca de vista este princípio, pois já se escutam os cantos de sereia, acenando com a possibilidade de um *golpe de esquerda*, entendendo-se como tal um *golpe* executado em benefício do povo. (GUILHERME, 1962, p.14)

O autor trata do eventual golpe que poderia acontecer sob duas perspectivas: a) o de sua preparação ideológica; b) o das condições concretas para a instalação de um governo forte. No primeiro caso, destaca a importância das articulações da ESG – Escola Superior de Guerra. No segundo, indica a penetração articulada do capital imperialista e a tendência da burguesia nacional em se aliar a ele:

É necessário que as forças progressistas examinem com atenção o desenvolvimento das atividades dos setores reconhecidamente totalitários em nosso País, pois hão de ver que os seus objetivos não são outros, neste momento, senão os de criar no povo brasileiro a consciência de que só um governo forte, com suficiente autoridade, pode resolver o *impasse* em que se encontra a Nação. Isto, pelo lado ideológico, enquanto na ação prática, vêm desenvolvendo toda uma tática no sentido de paralisar as forças sociais que se poderiam opor ao golpe em marcha, quando não de ganhá-las para a sua causa. (GUILHERME, 1962, p.62)

O autor vai desenvolvendo a diferença entre ditadura “legal” (eleições corrompidas) e ditadura via golpe; em seguida, desenvolve as razões de ordem interna (posição políticas das classes sociais dominantes) e externa (imperialismo norte-americano) que tornariam possível o golpe de direita; depois mostra como estaria se dando a preparação ideológica do golpe (só um governo forte poderia resolver os impasses do Brasil naquele momento). Nesse ponto ele cita a colaboração de civis para a deflagração de um eventual golpe militar, citando o artigo de Carlos Lacerda, *Ditadura militar ou revolução popular*, que circulava na época. O governador é qualificado como “categorizado representante das forças do golpe”. (GUILHERME, 1962, p.62)

Ele afirma que o artigo de Lacerda é “mais uma contribuição para obscurecer a consciência do povo – dos setores da classe média que constituem o seu público” (*Ibid.*), sinalizando assim para a campanha que atingia em cheio a concepção daquelas camadas médias que temiam o chamado fantasma do comunismo. Wanderley Guilherme também alerta para o fato de que o documento de Lacerda dava “a cobertura ideológica ao golpe em marcha no Brasil”. Por isso, as forças progressistas não deveriam “perder-se em críticas menores sobre a decadência estilística de Carlos Lacerda”, mas atentar para o que estava

oculto naquele texto, que significava uma articulação das forças de direita naquele momento. (Cf. GUILHERME, 1962, p.62-3).

Wanderley Guilherme também identifica o papel de Lacerda em outros episódios golpistas no Brasil, tais como a defesa aberta do *impeachment* de Vargas que resultou nos acontecimentos de 1954 e o impedimento da posse de JK em 1955. (Cf. GUILHERME, 1962, p.64). Em dado momento qualifica-o como “arquiteto de golpes”. (Cf. *Ibid.*)

Num momento de clara visão do que poderia ser uma ditadura militar no Brasil, baseado numa análise sobre as forças golpistas no país, o autor parece quase predizer o que viria a ocorrer não muito tempo depois. Denunciando que uma das condições geradas para a efetivação do golpe era o discurso de que o país precisava de “soluções técnicas” e de um “governo forte”, Wanderley Guilherme passa a explicar como agiriam as Forças Armadas:

(...) criadas as condições objetivas para a aceitação de que é indispensável a constituição de um governo forte para levar a cabo as medidas de segurança e de salvação nacionais – *as quais são, por definição, objeto dos cuidados das Forças Armadas* – e tendo também estas, como parte do povo, e *especialmente como parte de sua classe média*, chegado à conclusão de que é efetivamente vantajosa a constituição de tal governo, não haveria mais empecilho algum a que os dirigentes militares aceitassem a incumbência de serem os fiadores de um governo “técnico”, constituído com o objetivo de tomar medidas no interesse da *segurança e da salvação nacionais*, que lhes compete resguardar. (GUILHERME, 1962, p.76)

Mas é no trecho seguinte que o autor arremata a explicação sobre as medidas repressivas que adviriam ao golpe:

E nem haveria pruridos de intromissão militar na vida política, pois, por definição, o governo constituído agiria *acima dos partidos*, solucionando os problemas de maneira “técnica”, e os militares, servindo a tal governo, dando-lhe *força e autoridade*, estariam simplesmente cumprindo as medidas, ou afiançando seu cumprimento, que visariam, na linguagem golpista, à defesa da segurança e da salvação nacionais. (GUILHERME, 1962, p.76-7)

Sobre o aspecto de uma ditadura não ter que se revestir necessariamente de um comportamento militar, o autor faz importantes esclarecimentos, pois o Brasil já tinha tido exemplos dos dois tipos:

Mesmo quando a ditadura instaurada for uma ditadura militar direta, trata-se, essencialmente, de uma operação política, quer dizer, constitui fenômeno social, decorrente de problemas sociais, os quais se originam no choque entre forças sociais; e só secundariamente representa uma operação militar, no sentido técnico da palavra. É indispensável que se compreenda este aspecto com muita clareza, a fim de discernir o que há de *social* nos pronunciamentos “militares”. (GUILHERME, 1962, p.42)

O autor está acentuando que o setor militar, em cada circunstância específica,

assume “determinados compromissos sociais – vale dizer, políticos”. Ou seja, “quando o conteúdo social de um pronunciamento militar não tem ressonância na coletividade e cai no vazio, a circunstância de ter sido enunciado por um militar de nada importa, historicamente falando”. (GUILHERME, 1962, p.43)

A preocupação final de Wanderley Guilherme fica por conta de tentar demonstrar como as forças populares poderiam se opor ao golpe que estaria em marcha no Brasil. Nesse ponto, suas colocações são muito semelhantes às argumentações que Nelson Werneck Sodré desenvolveu, no Caderno volume 2, *O que é o povo no Brasil?* (Cf. SODRÉ, 1962) no sentido das relações entre minorias e majorias naquele momento da vida brasileira, talvez muito mais na torcida para que o golpe de direita não ocorresse do que ciente das verdadeiras forças eu poderiam impedi-lo:

A ação golpista da minoria privilegiada, que visa a manter a maioria submetida em eterna sujeição, está definitivamente destinada ao fracasso total, mais dia menos dia, pois já não é mais possível, no mundo de hoje, que a maioria seja submetida pela minoria por muito tempo (GUILHERME, 1962, p.79)

Mas o autor tem clareza de que “as forças do povo não podem determinar concreta e pormenorizadamente todos os recursos com que contam para impedir o avanço golpista”. (GUILHERME, 1962, p.95) Ele afirma que esses recursos variavam e dependiam da situação concreta em que se desenvolvia a luta dessas majorias dominadas. Seria um choque entre *forças golpistas* e *forças do povo*:

(...) a vanguarda é apenas *uma* das forças sociais atuantes, e o curso dos acontecimentos não depende *exclusivamente* de uma só força. Pode-se dar perfeitamente o caso de que, apesar de todos os esforços das forças populares, a minoria dominante consiga levar avante seus desígnios de manter a maioria do povo dominada. (GUILHERME, 1962, p.97-8)

Parece que aqui também, neste ponto, o autor acertou nos indicativos de sua previsão.

O caso do Caderno *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* (CHACON, 1963). redigido pelo pernambucano Vamireh Chacon é um pouco distinto. O autor está focado exclusivamente na tônica das relações exteriores, que hoje em dia seria caracterizado como um estudo de relações internacionais. Ele inclusive inicia o texto com essa pergunta:

Que são relações internacionais?

Elas se expressam em relações interestatais, pois é neste plano que se situa a soberania integral de um povo, e há Estados com várias nacionalidades, inclusive até organizadas em confederações, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Neste caso, a representação no exterior e a defesa comum estão ao encargo da confederação. (CHACON, 1963, p.11)

Este *Caderno* é mais um dos casos de exemplar erudição aliada à linguagem mais acessível proposta pela Coleção. A origem familiar tradicional de Chacon em Recife, possibilitou uma formação acadêmica sólida, onde além de cursar a tradicional Faculdade de Direito do Recife e a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, completou estudos acadêmicos na Europa (Alemanha).<sup>11</sup> Talvez por isso – embora fique claro que a epígrafe corresponda aos objetivos da publicação – Chacon dedique o livro à figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca.<sup>12</sup>

Evidente que o autor toca na questão do imperialismo – tema e terminologia candentes à época – e na divisão do mundo a partir dele. Mas o texto centra-se nos requisitos que naquele momento fariam o Brasil construir uma política externa eficiente, com base na rejeição de qualquer satelitismo e isso, naquele momento da Guerra Fria, significava rejeitar tanto o bloco liderado pelos EUA, quanto o da URSS:

Tudo isto necessita ser aprofundado e alargado, para que a nossa *Realpolitik* interna corresponda à *Realpolitik* externa. Não se pode tolerar sectarismos em nenhuma das duas faixas. A dialética dos fatos superará as contradições. O denominador comum da luta antiimperialista e da consciência da missão do Brasil unirá todos os setores de vanguarda, repelindo qualquer satelitismo. (CHACON, 1963, p.18)

Chacon considera que o Brasil tinha uma vocação internacional determinada por sua já adquirida importância no cenário mundial. Isso se dava devido à nossa taxa de desenvolvimento, do ponto de vista econômico, estar “entre as mais altas do mundo, apesar da espoliação de que somos vítimas”. E cita os esforços para a consolidação da nossa indústria de base: “já possuímos inclusive grandes experiências de produtivas e pioneiras empresas mistas, como Volta Redonda e a Petrobrás”. (CHACON, 1963, p.18)

Embora o autor afirme que o Brasil não devesse se entregar a nenhum tipo de satelitismo, ele tem muita clareza das diferenças entre Washington e Moscou. E, fundamentalmente, o papel que a revolução cubana de 1959 vinha desempenhando na Guerra Fria. Ele afirma que “entre as construtivas heterodoxias que proclamamos neste caderno”, ia apresentar mais uma: não ficar de olhos fitos em Washington como forma de receber um prêmio de consolação. Esse prêmio seria, supostamente, manter (e aprofundar) as relações do Brasil com os vizinhos do continente: “temos a acrescentar que semelhante

---

<sup>11</sup> Mais tarde, em 1970, Vamireh Chacon seria o tradutor, para a publicação pela primeira vez em português, de textos dos autores Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Jürgen Habermas e Ralf Dahrendorf. (Cf. CHACON, 1981, p.IX).

<sup>12</sup> A passagem da epígrafe atribuída a José Bonifácio é: "Queriam que os brasileiros pagassem até o ar que respiravam e a terra que pisavam. Se a indústria de alguns homens, mais que ativos, tentava dar nova forma aos produtos do seu solo para com ele cobrir a nudez de seus filhos, leis tirânicas a impediam e castigavam estas nobres tentativas. Sempre quiseram os europeus conservar este rico País na mais dura e triste dependência da metrópole, porque julgavam ser-lhes necessário estancar, ou pelo menos empobrecer a fonte, perene de suas riquezas". Depois também cita: "E, como o Brasil sabe respeitar os direitos dos outros povos e governos legítimos, espera igualmente por justa retribuição que seus inalienáveis direitos sejam também por eles respeitados e reconhecidos..." (CHACON, 1963, p.18)

‘prêmio de consolação’ significa um presente de grego, no caso, um presente de norte-americano” pois “nossa influência na América Latina não pode ser uma dádiva dos Estados Unidos”. (CHACON, 1963, p.29).

Ele cita a posição do Brasil em relação a Cuba na Conferência de Punta Del Este, de janeiro de 1962, argumentando que, embora moderada, a posição lá apresentada continuava sendo favorável à não intervenção, apesar de algumas vacilações. Neste ponto nevrálgico das relações exteriores desse momento da Guerra Fria, Chacon é muito enfático e encerra o Caderno ressaltando a seguinte questão, grifada integralmente por ele mesmo no texto:

*Será um enorme equívoco sacrificar a nossa independência em troca de alguns dólares de empréstimo. Não nos convém a posição de "yes man" diante dos Estados Unidos, França (pretensa líder do Mercado Comum), ou diante de qualquer outro País. Nós nos tornaremos ainda mais baratos, além de frustrar-se nossa missão histórica.* (CHACON, 1963, p.91, todos os grifos do próprio autor)

## 5. A análise de Barbosa Lima Sobrinho

Barbosa Lima Sobrinho, que discursou em meados da década de 1990, no Pen Club do Brasil – Associação de Escritores – quando da admissão de Ênio Silveira,<sup>13</sup> assim se pronuncia sobre a relação que o editor da Civilização Brasileira tinha com seu sogro, o editor Othales, da Companhia Editora Nacional:

Na verdade, entre a Companhia Editora Nacional, de Othales, e a Civilização Brasileira havia uma grande distância, uma preocupada com o passado, outra orientada para o futuro. Uma direitista, outra apaixonadamente esquerdista, não medindo sacrifícios para a defesa de suas ideias. Uma experiência que lhe ia custar caro, meu caro Ênio Silveira, com o golpe de Estado de 1964, que fazia questão de se intitular revolução, com a preocupação de punir e castigar todos os que não pensavam como os donos do poder. (SOBRINHO, 1998, p.398).

Barbosa Sobrinho, que escreveu o volume 24 dos *Cadernos* (SOBRINHO, 1963) lembra nesse discurso de recepção ao novo associado, o que a Coleção dos *Cadernos* representou e como foi alvo em 1964 de um “regime inquisitorial, aberto à queima de livros”, lembrando que a “Civilização Brasileira vinha editando os ‘Cadernos do Povo Brasileiro’, sob a direção de um sábio, uma extraordinária figura humana, que era Álvaro Vieira Pinto”. Sobrinho esclarece que nada havia “de subversivo nos livros publicados [pela coleção], com a única intenção de esclarecer nosso povo”. (SOBRINHO, 1963, p.398-99). E finaliza suas

---

<sup>13</sup> No encerramento do discurso, Barbosa Sobrinho fala sobre a tardia admissão do Pen Club na associação de Ênio Silveira, atribuindo a sessão de entrada do editor como um ato de reparação, em nome de todo o Brasil, por parte da intelectualidade brasileira. (Cf. SOBRINHO, 1998, p.401).

observações, denunciando a violenta campanha de direita feita contra os *Cadernos do povo brasileiro*:

Uma coleção que, depois do golpe de Estado, foi exposta, nas ruas de Belo Horizonte, e queimada como uma prova cabal da subversão que estava pondo em perigo o próprio Brasil. E se algum de nós foi chamado a alguns IPMs, que o tempo se encarregaria de desfazer, as punições maiores foram reservadas para o editor da coleção, que já tinha, nos órgãos de segurança, alguma fama de Satanás. (SOBRINHO, 1998, p.399)<sup>14</sup>

Achei importante iniciar os meus apontamentos sobre Barbosa Lima Sobrinho com essa referência ao editor Ênio Silveira porque ele associou diretamente, em seu discurso, a existência dos *Cadernos do povo brasileiro*, graças ao esforço da Civilização Brasileira, sem o quê – fica nítido nesta retrospectiva histórica – o ISEB não teria condições de dar divulgação à Coleção.

Este *Caderno* do pernambucano Sobrinho é fundamental para a compreensão histórica do nacionalismo brasileiro e representa muito dentro do projeto editorial concebido para a coleção, onde o autor procura responder à seguinte indagação: *Desde quando somos nacionalistas?* (SOBRINHO, 1963). Sem dúvida ele é um autor especial. Nascido no século XIX, em pleno 1897, o autor quase chegou ao século XXI, morrendo em 16 de julho de 2000, com 103 anos!

Figura marcante na política nacional, para dizer o mínimo, Barbosa Lima Sobrinho não pode ser considerado um homem de esquerda, nem nunca se propôs a tal filiação. Ao contrário, sua atuação na primeira metade do século XX foi de combate à ANL e de participação direta no Estado Novo de Vargas. Tudo por suas convicções nacionalistas e legalistas. Paradoxalmente ou não, justamente por sua concepção de legalidade, foi contrário à cassação dos comunistas depois das eleições de 1946. E, nas circunstâncias históricas específicas que foram se desenrolando no período de 1930 a 64, seu nacionalismo foi coincidindo com as posições mais progressistas defendidas naquele período, culminando em 1958, com sua eleição para deputado federal pelo PSB, quando passou a presidir a Frente Parlamentar Nacionalista, bloco suprapartidário criado em 1957.

O convite para que escrevesse o volume 24 dos *Cadernos do povo brasileiro* parece ter vindo em função dessa trajetória e por sua erudição no assunto. É talvez, de toda a coleção, o *Caderno* escrito na linguagem mais acadêmica. Mas não comprometeu o caráter

---

<sup>14</sup> Ênio Silveira recebeu quatro grandes golpes que o fizeram perder irremediavelmente o controle acionário sobre a editora Civilização Brasileira, e, ao fim e ao cabo, perder a própria editora, sendo que um deles, o mais perverso, foi a perseguição que a ditadura impunha a livrarias que vendessem edições da Civilização Brasileira, que passavam a ter seu estoque apreendido ou simplesmente destruído. Após alguns desses episódios, os livreiros passavam a não comprar mais os livros publicados por Silveira. Daí a homenagem que Barbosa Lima Sobrinho prestou ao editor.

da publicação, pois o conteúdo é habilmente exposto de tal modo a chamar a atenção do leitor para o significado histórico do termo.

Esse significado histórico é apresentado numa sequência de definições, iniciando-se com o conceito de nacionalismo. O autor define o nacionalismo basicamente como “um antagonismo de interesses ou de ideais”. (SOBRINHO, 1963, p.11). Ou seja, sua definição é bastante simples. Para exemplificar, no Brasil, essa significação, Lima Sobrinho argumenta que:

No dia em que o primeiro imigrante, chegado à Terra da Santa Cruz, percebeu que o interesse de seu grupo não se conciliava com o da metrópole portuguesa, no dia em que teve consciência desse antagonismo e resolveu lutar em prol do interesse de seu grupo, contra o da metrópole, estava fazendo nacionalismo, mesmo sem esse nome e sem essa intenção. (SOBRINHO, 1963, p.11)

Esse antagonismo de interesses, no caso do nacionalismo brasileiro, passa a ser explicado por Lima Sobrinho como uma manifestação que se construiu contra o domínio, ou contra a tentativa de um domínio, por parte de outros países em nosso processo histórico. Assim, no período anterior à Independência, nosso nacionalismo teria sido marcadamente antilusitano e episodicamente anti-holandês. Depois teria sido antibritânico, antigermânico, antinipônico e, finalmente, antinorte-americano. Todos eles teriam representado, num dado momento, a presença de interesses dos respectivos países em nossos domínios. O nacionalismo brasileiro seria, portanto, a luta do Brasil contra a presença desses interesses. Passemos a expor cada um deles.

O nacionalismo antilusitano prescindiria de maiores explicações, pois teria representado a luta brasileira contra a presença literal da metrópole portuguesa em nossos domínios até o processo da Independência. Pela maior presença lusitana e durante um período de tempo mais longo, nosso nacionalismo lutou basicamente contra dois tipos de domínio: o político e o cultural.

A presença de um antagonismo entre os interesses brasileiros e britânicos, “a consciência desse antagonismo e uma tomada de posição, como resistência ou manifestação de ressentimento, e aspiração de independência” que definem nosso nacionalismo antibritânico, teria se estendido da Independência até o período da Primeira Guerra Mundial. A partir daí, a presença britânica passa a ser substituída pela crescente influência dos Estados Unidos e a presença de antagonismos em relação aos norte-americanos passa a caracterizar o nacionalismo brasileiro. (Cf. SOBRINHO, 1963, p.48)

Mas antes da forte presença de interesses norte-americanos no país, Lima Sobrinho avalia que Alemanha e Japão, pelas características próprias da Segunda Guerras Mundial, também disputaram um espaço e, por isso mesmo, fizeram parte de um nacionalismo



antigermânico e antinipônico. No primeiro caso como defesa dos estados do sul por causa das correntes imigratórias “que iam formando quistos estrangeiros, mais ou menos obedientes às palavras de ordem que vinham do expansionismo alemão”, comandado “antes da primeira guerra pelo Kaiser Guilherme II e, depois dela, pela figura apocalíptica de Adolfo Hitler”. (SOBRINHO, 1963, p.67). No segundo caso, pelo temor da expansão da imigração japonesa que teve origem no decênio 1924-33 devido a leis imigratórias norte-americanas que restringiram as quotas de entrada de japoneses nos Estados Unidos, como consequência de medidas tomadas após a Primeira Guerra Mundial. Essa intensificação da entrada de japoneses no Brasil teria chegado ao ápice em 1957, desencadeando o nacionalismo antinipônico no país. (Cf. SOBRINHO, 1963, p.76)<sup>15</sup>

O nacionalismo antinorte-americano no Brasil teria surgido “menos como explosão de ressentimentos e de recalques nacionais do que por força de uma solidariedade instintiva aos demais Estados da América Latina”, quando, a partir de 1913, os capitais dos EUA passaram a fluir num ritmo crescente nos domínios latino-americanos, sob a forma de “uma infiltração progressiva, dissimulada, irresistível”. (SOBRINHO, 1963, p.86). Antes mesmo, portanto, do processo imperialista que seria desencadeado a partir de 1918, atingindo seu ápice no processo da Segunda Guerra Mundial. É contra essa presença de interesses americanos que Lima Sobrinho parece justificar seu incondicional apoio a Vargas no período, até mesmo na deflagração do Estado Novo, pois esse apoio significava a posição nacionalista mais correta a ser adotada naquele momento, em defesa dos interesses brasileiros. Para o autor, já existia “uma consciência nacional e foi ela que levou adiante o plano de Getúlio Vargas, tornando-o ainda mais radical, o que vale dizer mais brasileiro”. (SOBRINHO, 1963, p.89)

A coincidência da luta nacionalista antinorte-americana levada a cabo por Lima Sobrinho, a partir de 1945 – seja em sua vida parlamentar, seja em sua carreira no jornalismo e no direito – com a maioria das posições progressistas mantida pelos setores à esquerda no Brasil até 1964, levou o autor a figurar entre os mais preeminentes brasileiros nacionalistas do período. E depois também, nos meandros que envolveram qualquer progressista brasileiro diante do fechamento ditatorial dos militares por longos anos.

Um dos maiores exemplos do nacionalismo antinorte-americano<sup>16</sup> de Lima Sobrinho

---

<sup>15</sup> Lima Sobrinho esclarece que também poderiam ser identificados na história brasileira pelo menos mais dois nacionalismos: o antiitaliano e o antichinês. Porém, não teriam chegado ao nível de combate dos demais. No primeiro caso, porque nos centros de maior presença da imigração italiana teria havido uma “diluição rápida ou a sua adaptação quase fulminante aos ambientes brasileiros”. E, no segundo caso, não chegou exatamente a se concretizar, ainda no Segundo Império, no Brasil, um incentivo à imigração chinesa como solução para a substituição do braço escravo negro. (Cf. SOBRINHO, 1963, p.116).

<sup>16</sup> Lima Sobrinho esclarece a não presença de um nacionalismo antisoviético no Brasil “porque não nos parece haver propriamente a presença, em nosso País, de interesses da União Soviética. A solidariedade de classe deixa de ser um problema de nacionalidade, para se tornar numa questão social de outra significação. Mas se se

no período de 1945 a 1964 foi a condenação frequente que o autor promovia contra a existência do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, declarando a sujeição que esse instituto representava: “Assim se fazem as colônias. O IBAD não é senão o elo entre as bases econômicas que os Estados Unidos da América souberam criar e firmar em território brasileiro”. (SOBRINHO, 1963, p.104). A carga de combate do autor é intensa e, em momento inspirado, faz a seguinte síntese do processo de funcionamento do IBAD:

É essa realidade que devemos enquadrar o episódio do IBAD, como uma demonstração de que essas empresas já não se contentam com o capital brasileiro de que se utilizam ou de que se servem. Já não se satisfazem com os dólares que remetem para os patrões norte-americanos, algumas vezes abertamente, outras vezes através de subfaturamentos ou por meio da compra clandestina de dólares. Já não se contentam com benefícios, vantagens e lucros praticamente ilimitados. Querem também mandar. Querem governar o Brasil. Procuram chegar a urna fórmula que lhes permita subordinar o Brasil à vontade, aos caprichos e sobretudo aos interesses dessas forças de ocupação econômica. Por isso elegem deputados e senadores. Como já estão elegendo governadores e vão amanhã eleger Presidentes da República. Usando apelidos e nomes brasileiros, constituem, dentro do Brasil, um governo norte-americano, um governo títere. (SOBRINHO, 1963, p.104)

Sem dúvida, nesta afirmação enfática de Lima Sobrinho encontra-se o cerne da lógica imperialista estadunidense em sua disputa pelo Brasil – nos termos da Guerra Fria – e que foi levada à radicalidade, com eficácia, quando vitoriosa por meio do golpe militar de 1964, e a respectiva censura aos Cadernos.

## 6. Conclusão

Os *Cadernos do povo brasileiro* puderam selar uma grande contribuição às lutas sociais no século XX. A leitura construída pelos Cadernistas pôde configurar um retrato político do Brasil. Esse retrato – que neste *paper* pude demonstrar apenas parcialmente – proporciona aos leitores dos 28 volumes da Coleção uma narração não planejada pelos autores, que acabou por configurar o processo histórico brasileiro desde a colonização até os anos 1960, momento de encerramento dos Cadernos. A publicação influenciou sobre setores da sociedade da época, não só por uma tiragem numerosa, mas pelo esforço de entidades que se responsabilizaram por sua divulgação, em âmbito nacional. Aliás, a Coleção ajudou também a configurar uma imagem do restante da América Latina e do mundo bipolar da Guerra Fria, pois as análises dos autores – mesmo priorizando a realidade brasileira – não deixavam de contextualizar aquele momento histórico.

Os Cadernos cumpriram também uma função social. Procurei explicitar o papel desempenhado pela publicação em dois aspectos: como difusão de conhecimentos

---

tratasse de fazer do Brasil colônia ou satélite da União Soviética, aí então caberia o nacionalismo antisoviético, tão legítimo quanto o nacionalismo antinorte-americano”. (SOBRINHO, 1963, p.116).

históricos, políticos, teóricos, sociais e culturais; e, paralelamente, como um elemento de agitação e propaganda nas lutas daquele momento no Brasil. Prova disso foi a discussão que suscitaram a partir da inserção da Coleção nos sindicatos, nas fábricas, nas Ligas Camponesas, na UNE, nos CPCs, no CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, nos partidos políticos, nas universidades etc.

A conclusão – que aqui refiro parcialmente – é a de que, nas páginas dos *Cadernos*, o que prevaleceu como proposta política para o país foi a estratégia chamada comumente de “etapista” da revolução democrático-burguesa e o caminho pacífico como tática política. Portanto, o nacionalismo que se hegemonizou nos *Cadernos* foi articulado à luta democrática sem conferir a ela, ao mesmo tempo, um caráter diretamente socialista. Ou seja, prevaleceu um nacionalismo apresentado como uma luta do povo, no sentido de uma luta democrático-popular, acreditando que uma fração da burguesia nacional pudesse estar efetivamente interessada mais na autonomia de seu desenvolvimento do que em se aliar ao imperialismo e ao latifúndio. Essa foi a concepção que se hegemonizou nos *Cadernos*, de caráter etapista, isto é, se os cadernistas chegaram a imprimir um caráter socialista à luta democrática, foi apenas no sentido de apontá-lo como uma etapa posterior, a ser realizada somente depois que a burguesia cumprisse suas supostas tarefas políticas (democracia) e econômicas (autonomia). Essa posição coincide, e é ao mesmo tempo a expressão, das forças que hegemonizavam o debate político na época: o PCB – Partido Comunista Brasileiro, e o trabalhismo de esquerda, este último sem uma concepção que apontasse para a superação do capitalismo, e também a AP – Ação Popular, notadamente no movimento estudantil e alguns setores operários.

Em suma, podemos resumir em dois importantes aspectos a influência da Coleção *Cadernos do povo brasileiro*. Em primeiro lugar, mostrou como o Brasil tinha sido e, em segundo, como o Brasil poderia ser. Tanto no diagnóstico como nos caminhos propostos, os Cadernistas buscaram a superação da chamada “condição periférica” do país, material e intelectualmente. Daí sua importante contribuição para a teoria política no Brasil e, em especial, ao que comumente temos chamado de pensamento político brasileiro.

#### **Referências:**

- CHACON, Vamireh. (1963). Qual a política externa conveniente ao Brasil? Volume 21, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1981). *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis de seus programas*. Brasília: Editora da UnB, Coleção Temas Brasileiros, volume 5.
- DONATO, Hernani. (1996). *Dicionário das batalhas brasileiras*. 2ª.ed., São Paulo: Dibrasa.
- FELIX, Moacyr (org.). (1962). *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Vol.Extra-I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- \_\_\_\_\_. (1962). *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Vol.Extra-II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1963). *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Vol.Extra-III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUILHERME, Wanderley. (1962). *Quem dará o golpe no Brasil?* Vol.5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HALLEWELL, Laurence. (1985). *O livro no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor/USP.
- LOVATTO, Angélica (2010b). *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, Tese Doutorado. 386p.
- LOVATTO, Angélica. (2010a). *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*. São Paulo: Xamã, 276p.
- LUKÁCS, György. (1969). *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Entrevista concedida a Kofler, Holz e Abendroth.
- \_\_\_\_\_. (2015). *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, Volume 1.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2013). Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.56, n.4, pp.727-767.
- \_\_\_\_\_. (2016). Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história e abordagens. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n.19, janeiro-abril 2016, pp. 75-119.
- PEREIRA, Osny Duarte. (1962). *Quem faz as leis no Brasil?* Volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1963). *Que é a Constituição?* Volume 23, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PINTO, Álvaro Vieira. (1962). *Por que os ricos não fazem greve?* Vol.4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTA ROSA, Virgínio. (1963). *Que foi o tenentismo?* Vol. 22, Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. (1963). *Desde quando somos nacionalistas?* Vol.24, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1998). Um servidor da inteligência brasileira. In: FELIX, Moacyr. (org.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SODRÉ, Nelson Werneck. (1962). *Quem é o povo no Brasil?* Vol.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática.